



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 22/2020

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2020.

Parecer Único de Licenciamento Simplificado Processo			
Nº Documento do Parecer Único Vinculo ao SEI:			
Processo: 23822/2010/004/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	DEJAIR LUCAS DE ARAÚJO	CPF: 406.115.236-04	
EMPREENDIMENTO:	FAZENDA SANTA CLARA	CPF: 406.115.236-04	
MUNICÍPIO:	PERDIZES-MG	ZONA: RURAL	
COORDENADA GEOGRÁFICA: S – 19° 10' 30'' e W – 47° 16' 45''			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">NÃO HÁ FATOR LOCACIONAL (EMPREENDIMENTO JÁ LICENCIADO ANTERIORMENTE)			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo com área de pastagem de 100,00 hectares.	Não passível	0
G-02-04-06	Suinocultura com um plantel de 6.500 cabeças	03	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO: CREA-MG: 7120/D	

José Rodrigues Vieira	ART n. 142020000000006011696
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Amilton Alves Filho Analista Ambiental	1.146.912-9
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 24/08/2020, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 24/08/2020, às 20:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18590002** e o código CRC **2FB76028**.



Parecer Técnico- Licença Ambiental Simplificada

O empreendimento Fazenda Santa Clara, localizada no município de Perdizes-MG, desenvolve a atividade de criação de bovinos em regime extensivo em uma área de pastagem de 100,00 hectares e a criação de suínos com um plantel de 6.500 animais. De acordo com a Deliberação Normativa 217/2017 o referido empreendimento é classificado como classe 03, ou seja, de médio porte e médio potencial poluidor. O empreendimento em questão já foi licenciado anteriormente conforme processo administrativo n.º 23822/2010/003/2014, portanto, não incide fator locacional na atual fase do licenciamento. No dia 11 de agosto de 2020 o empreendedor através de sua consultoria ambiental formalizou o processo administrativo n.º 23822/2010/001/2020, sendo apresentado o RAS (Relatório Ambiental Simplificado).

A área total do imóvel é de 250,00 hectares (matrícula n.º 8031), sendo que as áreas de preservação permanente (APP) totalizam 26,7722 hectares. A área de reserva legal está averbada e totalizam 51,8831 hectares. O empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural) n.º MG-3149804-180D628AA96D458DB1B9257D6CAC8419.

De acordo com LAS/RAS apresentado o empreendimento possui 02 duas famílias residentes e os efluentes sanitários produzidos são destinados para fossa biodigestora. No local são alojados 6.500 suínos em 03 (três) galpões. É estimada uma produção de 65,00 m³/dia de dejetos, sendo direcionados para 02 (duas) lagoas de estabilização impermeabilizada com manta do tipo PEAD. A lagoa um (01) possui uma capacidade de 3.975 m³, já a lagoa dois (02) possui capacidade total de 3.900 m³ de acordo com o LAS/RAS apresentado. Após passar pelas lagoas os dejetos são aplicados em área de pastagem. O LAS/RAS apresentado menciona que a taxa de aplicação dos dejetos é de 180 m³ /ha/ano. O dejetos é aplicado em uma área de pastagem de 100,00 hectares localizada dentro do próprio imóvel e em uma área vizinha ao empreendimento (Fazenda Diamante Sonho Meu- matrícula n.º 6.479 do SRI de Perdizes-MG), no cultivo de milho, soja e café.

Os animais mortos durante o processo produtivo são destinados para composteiras localizadas na granja. Após o processo de estabilização são utilizados com adubo orgânico em áreas de pastagens. Os resíduos sólidos das atividades de suinocultura, tais como: frascos vazios de medicamentos veterinários, agulhas, luvas e outros de origem veterinária são recolhidos pela empresa SOMA Ambiental localizada em Uberaba-MG. Os resíduos recicláveis também são direcionados para SOMA ambiental, conforme LAS/RAS.



Em relação a bovinocultura de corte os animais são criados soltos em áreas de pastagem e os resíduos produzidos (urina e fezes) são espalhados pelos próprios animais não representando risco de contaminação ambiental.

A água utilizada no empreendimento é proveniente de poços tubulares (portaria de outorga n.ºs 1910042/2019, 1910044/2019, 03415/2017 e 03416/2017). Além disso, existem quatro certidões de uso de volume insignificantes (n.ºs 50651/2018, 50642/2018, 50648/2018 e 50646/2018). Todos os pontos de captação estão regularizados junto ao IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas).

Não foi apresentado pelo empreendedor nenhuma autorização para intervenção ambiental. A consultoria responsável pelo empreendimento alegou que não há necessidade de nenhuma nova intervenção ambiental.

Conclusão

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **Fazenda Santa Clara/Dejair Lucas de Araújo, com prazo de 10 anos** para as seguintes atividades “criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em uma área de pastagem de 100,00 hectares e suinocultura com um plantel de 6.500 cabeças”.

ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FAZENDA SANTA CLARA, MATRÍCULA N.º 8.031

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE



Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FAZENDA SANTA CLARA, MATRÍCULA N.º 8.031.

Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.



2.0 SOLO

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas às aplicações dos dejetos de suínos) ^{1,2,3,4}	pH, K (Potássio), P (Fósforo), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Saturação por base, C (Carbono) e Matéria Orgânica . Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente nos meses de dezembro durante a vigência da licença

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos.

(3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “*Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20*” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Conforme “*Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24*” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.



3- LAGOAS QUE RECEBEM OS DEJETOS DE SUÍNOS

Apresentar anualmente durante a vigência da licença laudo técnico com ART comprovando a impermeabilização das lagoas que recebem os efluentes da suinocultura.

4- COMPOSTEIRAS

Apresentar anualmente durante a vigência da licença laudo técnico com ART comprovando que as composteiras estão sendo manejadas adequadamente.